

## Relatório de Atividades



# 2021



Secretaria do Verde, Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável



## 1 MISSÃO

Desenvolver e implementar, com protagonismo, políticas públicas sustentáveis e gestão ambiental integrada, participativa e transversal, visando ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e assegurando a qualidade da vida em Campinas.

## 2 VISÃO

Consolidar uma estrutura colaborativa, articulada e facilitadora de gestão ambiental, bem como a relevância e a centralidade da sustentabilidade como tema estratégico na gestão municipal e seu reflexo na sociedade.

## 3 VALORES

Além dos princípios constitucionais e administrativos são nossos valores:

- Autonomia Técnica
- Eficiência, Eficácia e Efetividade
- Transparência Ativa e Efetiva
- Qualidade Técnica
- Resiliência
- Visão Sistêmica

# SOBRE O RELATÓRIO

Iniciamos uma nova fase, porém com a pandemia ainda presente, o que nos traz desafios ainda maiores a serem superados e enfrentados. Não se trata só da área ambiental, apesar desta estar constantemente ameaçada, pois ainda não aprendemos a conviver em harmonia com a natureza, mas os desafios são enormes em todas as áreas, mormente aqui no Brasil, em tempos de crises políticas-institucional, econômica-social, sanitária e enorme e inédito recuo nas políticas públicas ambientais do Governo Federal.

Apesar disto, nesta publicação apresentaremos as ações realizadas e os resultados obtidos no primeiro semestre de 2021.

Não esmorecemos! Seguimos em frente com a perseverança daqueles que acreditam em sua causa, pois a pandemia só deixa ainda mais evidente o quanto o convívio e interação dos seres humanos com a natureza são vitais para ambos. Claro que a pandemia e as mudanças climáticas sinalizam que os seres humanos podem ser dizimados e a natureza se restaurará bela e exuberante.

Esta é a nossa missão, trabalhar arduamente para que cada vez mais as pessoas respeitem o ambiente e vivam bem, sem pandemias, sem enchentes e inundações descontroladas, sem frios e calores extremos, respirando um ar limpo e com espaços apropriados para convívios alegres com todos os seres vivos.

Nosso compromisso de transparência e informatização dos processos permanecem, com o LAO - Licenciamento Ambiental on line no portal Geoambiental.

As revisões dos Planos continuam

presentes e, tudo deverá ser aprimorado, ao longo dos anos vindouros, com a implementação da Central de Inteligência: Campinas Sustentável - CICS. Nosso canal de youtube continua disponibilizando todas as reuniões de Conselhos (COMDEMA, CONGEAPA, ARES-PCJ, CMPDA, PROAMB) e eventos, tais como a SEMEIA.

As parcerias, internas e externas, continuam a nos fortalecer e possibilitar que os avanços detalhados por meio de todas as nossas atividades avancem e propiciem condições melhores para a população de Campinas, bem como beneficiem a região, pois a articulação regional entre os municípios da RMC e da bacia PCJ é fundamental para os avanços ambientais.

Renovar permanentemente esse compromisso é fundamental, a fim de continuar a cumprir nossa missão, em prol da sustentabilidade ambiental municipal e regional, a partir de uma gestão integrada, participativa e transversal.

A equipe da SVDS é comprometida com a causa ambiental e não esmorece, mesmo em situação tão excepcional quanto a pandemia do COVID-19, o foco é todo na qualidade da vida daqueles que vivem em Campinas e região. O relatório semestral detalhado encontra-se no link: <http://bit.do/RELATORIO-COMPLETO-2021>

Para tanto, convidamos as pessoas envolvidas e preocupadas com os temas abordados no presente Relatório de Atividades, que quiserem colaborar com críticas, sugestões e demandas a acessar nosso site (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>) e utilizar o e-mail: [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br) para a constante melhoria de nossas ações.

**Desde já, nós e as gerações futuras agradecemos!**

## MENSAGEM DO SECRETÁRIO



**Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Rogério Menezes de Mello**

Campinas tem uma posição estratégica no cenário regional e nacional como polo tecnológico e econômico no Brasil, cujo progresso dissociado da proteção ambiental acabou por gerar passivos ambientais desafiadores para os gestores públicos, privados, sociedade civil organizada e para a comunidade.

Adotando-se como recorte temporal a última década, presenciamos uma forma consistente na condução de suas políticas destinadas à área ambiental, com a municipalização do licenciamento ambiental, a efetivação de fato da fiscalização e educação ambiental, conhecimento dos elementos ambientais, instituição de um planejamento ambiental com geoespacialização, bem como a internalização da fauna nas políticas públicas locais, acompanhada da criação de uma estrutura administrativa de gestão, cuja principal meta é atingir melhores índices de qualidade ambiental local e regional.

Em 2010, o licenciamento ambiental foi municipalizado, cuja compensação ambiental agregou-se ao banco de áreas verdes, otimizando a recuperação e qualificação de áreas verdes e ambientalmente protegidas.

Em 2011, foram criadas 03 novas Unidades de Conservação na região do Campo Grande: Parque Natural Municipal do Campo Grande, Parque Natural Municipal dos Jatobás (que protege um remanescente de cerrado) e a Área de Proteção Ambiental do Campo Grande. Em 2014, o Parque Natural Municipal da Mata e o Refúgio da Via Silvestre Quilombo, outras duas Unidades de Proteção Integral.

Em 2013, o Plano de Saneamento Básico trouxe segurança aos investimentos e diretrizes em resíduos, tratamento e abastecimento de água, de esgoto e de drenagem, sendo que em 2020, com a construção da ETE Boa Vista, a capacidade instalada de tratamento de esgoto na cidade atingiu o histórico marco de

## MENSAGEM DO SECRETÁRIO



100%, um dos passos fundamentais para a universalização do saneamento básico na cidade.

Em 2014, foram ampliadas as áreas protegidas do município com a criação do Parque Natural Municipal da Mata e Refúgio de Vida Silvestre Quilombo, totalizando 09 Unidades de Conservação municipais.

Em 2015 a Política de Educação Ambiental e, em 2016, os Planos de Recursos Hídricos e do Verde foram instituídos por Decreto Municipal. No ano de 2017, a Lei do Plano Municipal de Educação Ambiental foi sancionada.

Os Planos Municipais estratégicos para o meio ambiente contribuíram para a significativa interface na repactuação do ordenamento territorial, por meio da revisão do Plano Diretor (Lei Complementar nº 189/2018) apresentando um Capítulo de Meio Ambiente robusto, a instituição de uma Macrozona de

Relevância Ambiental que internalizou todas as Unidades de Conservação (09) e outras áreas de relevância como as fazendas do Exército e Santa Elisa, Parque Ecológico e área de inundação do Rio Atibaia ao norte da cidade, Permeabilidade do solo de 70% em grandes áreas, do sistema de áreas verdes como eixo estruturador do plano diretor.

Em 2019, o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Campinas, unidade de conservação de uso sustentável que ocupa um terço do território, foi aprovado pelo seu Conselho Gestor e o Plano instituído por Portaria do órgão gestor.

Em 2020 tivemos a aprovação da Política Municipal de Enfrentamento aos Impactos das Mudanças do Clima e da Poluição Atmosférica agregando a outras políticas públicas locais a temática do clima.

Por fim, ainda em 2020, essa forma de

## MENSAGEM DO SECRETÁRIO

gestão foi consolidada pela Política Ambiental Municipal, por meio da instituição da Lei Complementar nº 263/2020, assegurando um sistema de gestão local, otimizando seus instrumentos balizadores.

Em 2021, Campinas reforçou o seu compromisso com a Região Metropolitana de Campinas, com o lançamento do Plano de Implementação da Área de Conectividade da RMC (Programa Reconecta RMC) e com a restauração florestal no âmbito da América Latina e Caribe (Iniciativa 20x20). O Sr. Prefeito Dário Saadi aceitou participar do Comitê Consultivo de Governos Subnacionais para a Biodiversidade da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), reforçando o papel da gestão local com a biodiversidade. Também foram iniciados os Planos de Manejo de outras duas Unidades de Conservação de Proteção Integral, o Parque Natural Municipal do Campo Grande e o Parque Natural Municipal Jatobás.

Os próximos passos seguem pautados no alicerce construído e viabilizado, por meio de diferentes instrumentos de gestão ambiental, como o Banco de Áreas Verdes, Termos de Ajustamento de Conduta e pelo Fundo Ambiental - PROAMB, cujas intervenções positivas no território, podem ser observadas por meio da instalação de fossas sépticas biodigestoras, recuperação das áreas de preservação permanente, formação de corredores ecológicos e passagens de fauna, revitalização de praças e implantação de parques lineares, pagamento por serviços ambientais, entre outros.

Nesse novo ciclo de gestão ambiental, a equipe da SVDS segue com o compromisso com a cidade de Campinas, seu meio ambiente e com a melhoria na qualidade da vida dos cidadãos e preparada para os novos desafios!

**À disposição e sempre abertos ao diálogo.**



# SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| Aprendizados com a Pandemia COVID-19 .....        | 1  |
| Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ..... | 2  |
| Planejamento e Gestão .....                       | 4  |
| Indicadores.....                                  | 6  |
| Programa Município VerdeAzul .....                | 6  |
| Programa Cidades Sustentáveis .....               | 7  |
| Licenciamento Ambiental .....                     | 8  |
| Fiscalização Ambiental .....                      | 9  |
| Proteção e Bem Estar Animal .....                 | 14 |
| Educação Ambiental .....                          | 17 |
| Gestão de Áreas Verdes.....                       | 18 |
| Gestão dos Planos e Programas Municipais .....    | 20 |
| Eventos .....                                     | 22 |
| Orçamento .....                                   | 25 |
| Recursos Humanos .....                            | 28 |



## APRENDIZADOS COM A PANDEMIA COVID-19



Figura 01: Continuidade do trabalho remoto no primeiro semestre de 2021

Com o advento da pandemia do Coronavírus - COVID-19, a partir do mês de março, as atividades da SVDS, assim como a prestação de serviços necessariamente presenciais ao contribuinte, passaram por profundas transformações.

Em 2020 a SVDS passou a integrar o Comitê Municipal de Enfrentamento da Pandemia de Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), que trabalha em forma de eixos estratégicos e transversais e objetiva impedir a disseminação da doença por meio de ações de prevenção e controle.

Isto implicou em uma adaptação na forma de trabalho, inclusive com acesso remoto aos arquivos, comunicação por meio de plataformas virtuais e reuniões virtuais semanais entre as equipes, a fim de transmitir informações e definir o planejamento e as prioridades das mesmas junto aos seus dirigentes.

A SVDS incorporou rapidamente essas mudanças em suas rotinas, formalizando parcialmente o trabalho remoto, a fim de cumprir as determinações previstas no Decreto Municipal 21.126/2020, que disciplinou as regras para o regime de trabalho nos órgãos da administração pública e estabeleceu critérios, em especial de distanciamento social.

Diante da maior produtividade e avanços significativos nos trabalhos efetuados em home office, esta Secretaria autorizou o teletrabalho parcial, em caráter facultativo e a critério da chefia, conforme disposto no Comunicado SVDS nº 02/2020, durante o período de quatro semanas.

As reuniões semanais, virtuais ou presenciais (Figura 1), das equipes continuam sendo um ótimo instrumento de planejamento e acompanhamento das atividades, bem como estabelecimento das prioridades e distribuição de servidores em equipes de trabalhos, pois as frentes de atuação são muitas e devem aumentar, como no caso da agenda do Clima, a partir do retorno dos EUA ao Acordo de Paris e a partir da próxima gestão que se inicia em 2025.

Assim, o elemento crítico do isolamento imposto pela pandemia, foi contornado com o uso da tecnologia, o que já fazia parte do perfil da nossa equipe, bem como a troca de ideias e o espírito colaborativo, que nos é peculiar devido a área transversal em que atuamos, e tem sido o grande diferencial desta pasta.

### Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38977>

<https://www.youtube.com/channel/UCfPTj4qmTIQY-lu2wdScMig>

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135424#art-1>

## OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS COMO NORTE DE ATUAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL

Os 193 Estados Membros da ONU comprometeram-se com a Agenda 2030, em 2015, a fim de alcançar o Desenvolvimento Sustentável até 2030.

É um plano de ação ambicioso, contempla 17 Objetivos e 169 metas, porém é imprescindível adotá-lo para a erradicação da pobreza, proteção e recuperação do meio ambiente e garantia da paz e da prosperidade das pessoas.

Esta ação global abrange as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, conforme pode ser observado na figura dos ODS:



Figura 02: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Guiados pelas metas globais, espera-se que os países definam as suas metas nacionais, estaduais e municipais e as incorporem em suas políticas, programas e planos de governo, objetivando a melhora na qualidade de vida dos cidadãos e do seu entorno.

A partir do comprometimento da incorporação da agenda 2030 ao nível municipal, e em alguns casos até regionais, o monitoramento dos indicadores desagregados torna-se fundamental, sendo esses responsáveis pelo direcionamento do caminho a seguir, o qual deverá priorizar e observar as especificidades de cada local e os desafios de cada região, buscando-se parcerias e apoio das demais esferas governamentais.

## OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS COMO NORTE DE ATUAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL

Os avanços devem ser conjuntos, entre todas as áreas e instâncias, a fim de minimizar as desigualdades, a fome e a pobreza. São premissas primárias. Por óbvio, os ODS buscam também promover a evolução nos serviços que a população demanda, ou seja, obter atendimento na saúde, vagas no ensino, emprego digno e segurança. Além disso, o consumo e a produção precisam ser conscientes, observando o desenvolvimento sustentável, pois a pandemia de 2020, como outras epidemias que ocorreram e que venham a surgir originam-se fundamentalmente do desequilíbrio ambiental.

Assim, o olhar sobre os ODS é global, pois a melhora de um pode influenciar na piora de outro, como por exemplo: a erradicação da pobreza impacta no aumento de consumo e consequentemente em “maior pegada ecológica”, sendo imprescindível o equilíbrio entre eles e a inovação na forma de produzir, utilizar e descartar, esforçando-se para minimizar o efeito estufa, as mudanças climáticas, e os conflitos.

Desta forma, o presente relatório de atividades da SVDS, apresenta ao leitor, os ODS relacionados às ações, planos, programas e projetos desenvolvidos pela pasta ambiental.

Vale destacar que, dentre os 17 Objetivos definidos pela ONU, a SVDS está desenvolvendo trabalhos relacionados a 15 deles, a saber: ODS 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17.

### Maiores informações:

<https://ods.ibge.gov.br/xcc/global?page=Agenda2030>

<https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e>

[-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e/meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods)

## PLANEJAMENTO E GESTÃO

### Política Ambiental Municipal

A Política Municipal de Meio Ambiente (PM2A) é o documento que norteia e consolida a forma da gestão ambiental municipal, e busca assegurar o desenvolvimento sustentável aliado à preservação do meio ambiente. A Política foi contemplada inicialmente na Lei Complementar nº 15/2006 que “Dispõe sobre o Plano Diretor” e, não obstante essa primeira iniciativa

tenha sido de grande importância, com a criação da SVDS, pela Lei Complementar nº 59/2014, a estrutura administrativa foi redefinida e as atribuições da Pasta Ambiental, repactuadas. Isso nos levou à revisão da Política Municipal de Meio Ambiente, a fim de contemplar essa nova estrutura, adequar os objetivos e os instrumentos, por caracterizar-se uma nova forma de gestão municipal.

Após a finalização da leitura técnica e comunitária em 2016, o documento foi enviado, no primeiro semestre de 2017, à Câmara Municipal, sendo que o Projeto de Lei Complementar nº 37/2017 foi aprovado e sancionado, tornando-se a Lei Complementar nº 263, de 18 de junho de 2020.

#### Maiores informações:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135778>  
[http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/politica\\_meio\\_ambiente.php](http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/politica_meio_ambiente.php)  
<http://www.campinas.sp.leg.br/atividade-legislativa/pesquisa-de-proposicoes>  
 (e pesquisar pelo PLC nº 37/2017)

### Lei de Compensações Ambientais

Projeto de Lei Complementar nº 23/2018 dispõe sobre os critérios e parâmetros de compensação ambiental em sede de termo de compromisso ambiental firmado no âmbito do licenciamento ambiental, sendo aprovado e sancionado, tornando-se a Lei Complementar nº 261, de 18 de junho de 2020.

Atualmente encontra-se em processo de regulamentação, por meio de Decreto.

#### Maiores informações:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135776>  
[http://sagl.campinas.sp.leg.br/sapl\\_documentos/materia/342985\\_texto\\_integral.pdf?1564684615.45](http://sagl.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/materia/342985_texto_integral.pdf?1564684615.45)



## PLANEJAMENTO E GESTÃO

### Central de Inteligência: Campinas Sustentável - CICS

A sociedade cada vez mais demanda uma gestão integrada, eficiente e transparente em todos os níveis, o que só é obtido com o aperfeiçoamento dos processos de trabalho hoje existentes.

A instituição de uma agenda efetivamente sustentável, pela sua natureza sistêmica e transversal, requer uma governança que ultrapasse os limites impostos pela estrutura formal de Governo.

Incorporar as premissas de sustentabilidade a uma visão estratégica de futuro reforçará Campinas como referência para o conceito de gestão sustentável, não só regional como nacional.

Nesse sentido, foi instituída a Central de Inteligência: Campinas Sustentável - CICS, por meio do Decreto nº 21.485 de 12 de maio de 2021, sendo esta responsável em assegurar uma abordagem sistêmica, transversal com foco na sustentabilidade como premissa para as diversas ações municipais, promovendo sinergia entre os três pilares (Qualidade de Vida, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Ambiental) do Programa de Metas do Governo Dário Saadi e em consonância aos programas e ações dos Planos Ambientais Municipais, vinculando-os ao Plano Plurianual - PPA e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 da ONU.

A partir das experiências, com os Programas Município VerdeAzul - PMVA e o Programa Cidades Sustentáveis podemos assegurar que a Gestão por Metas e Indicadores traz a eficiência, efetividade e transparência que a população almeja.

#### Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35387>  
<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=31885>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35387>  
<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/131322>



# INDICADORES

## PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL

O PMVA tem como principal objetivo aprimorar as políticas públicas socioambientais dos municípios do Estado de São Paulo.

No gráfico a seguir, destaca-se a evolução da pontuação de Campinas, onde a linha em verde representa o limiar de 80 pontos, necessários para obtenção da certificação.



Figura 03: Gráfico de Evolução da Pontuação PMVA.

A pontuação de 91,02 colocou Campinas em primeiro lugar também entre os municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Trata-se do quarto ano consecutivo que o município assume a liderança da RMC. Normalmente, o Programa estipula que os documentos comprobatórios sejam entregues em duas (02) etapas:

Qualificação para a Certificação (abril) e Certificação (outubro), com notas de corte de 40 e 80 pontos, respectivamente. Porém, em 2020 devido à pandemia,

## 1º LUGAR

### EM 2020

## MUNICÍPIOS DA BACIA DO PCJ

a documentação comprobatória foi encaminhada somente em setembro, havendo uma única etapa. O que dificultou, pois não recebemos a devolutiva para adequações pontuais, as quais ajudam a aprimorar as documentações encaminhadas e esclarecer o entendimento do avaliador.

Campinas, desde 2013, tem se mantido acima dos 80 pontos exigidos para a Certificação e desde 2015 mantém-se acima dos 90 pontos. Isto é o resultado de muitas mãos, pois as 10 Diretivas do programa engloba atividades da Sanasa, Emdec, Serviços Públicos, COMDEMA, Fundação José Pedro de Oliveira e muitos outros.

### Maiores informações:

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/26/campinas-e-socorro-se-destacam-em-ranking-ambiental-elaborado-pelo-estado.ghtml>

<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40925#.YNM7Mh6UfdI.whatsapp>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35570>

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/verdeazuldigital/pontuacoes/>

<https://portalcncampinas.com.br/2020/03/ranking-ambiental/>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38232>

<https://portaldarmc.com.br/noticias-da-regiao/2020/07/municipio-verdeazul-campinas-mantem-se-em-1o-lugar-em-ranking-ambiental/>

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/verdeazuldigital/pontuacoes/#>

## PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

Desde 2013, a SVDS passou a trabalhar com a plataforma do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), a qual foi adaptada em 2017 para atender aos 17 ODS da ONU. O estudo realizado pela equipe de planejamento ambiental da Secretaria permitiu discutir as metas do Governo Municipal, sob a perspectiva do PCS e dos ODS.

Este material servirá de subsídio para as atividades vinculadas à Central de Inteligência, responsável pela gestão de políticas públicas sustentáveis.

Em 2018, foram informados 128 indicadores municipais dos 260 disponíveis na plataforma, contendo as informações atualizadas para os anos de 2016 e 2017.

O processo de atualização dos indicadores até o ano de 2020 está em andamento, a fim de que até o final de 2021 possamos divulgar as informações atualizadas.

### Maiores informações:

[http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/cics/relatorio-programa-cidades-sustentaveis\\_v2.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/cics/relatorio-programa-cidades-sustentaveis_v2.pdf)



## LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O Licenciamento Ambiental é direcionado às atividades, obras e/ou intervenções de impacto local, de acordo com Deliberação CONSEMA 01/2018, Lei Complementar nº 49/2013, regulamentada pelo Decreto nº 18.705/2015 e vem mantendo os avanços no tocante a agilidade nas análises, transparência, participação social e qualidade técnica dos pareceres que embasam a emissão das licenças, autorizações e outros documentos relacionados.

O Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine - LAO, desenvolvido pelos técnicos do Departamento de Licenciamento Ambiental, com o apoio da Informática de Municípios Associados - IMA, e que é considerado pioneiro no país, vem mostrando ser uma importante ferramenta para se agilizar as análises ambientais, sem haver qualquer tipo de perda no tocante a qualidade das análises técnicas, e acrescentado total transparência nos processos, uma vez que podem ser, a qualquer tempo, acompanhados pelos próprios interessados, pelos Conselhos

Municipais, pelo Ministério Público e outros órgãos que venham a solicitar seu acesso.

Além do ganho ambiental associado ao fato dos processos eletrônicos não utilizarem papel durante todo o ciclo administrativo, no período de restrições decorrente da pandemia de

COVID-19, a plataforma do LAO permitiu a continuidade de todos os trabalhos relacionados ao licenciamento ambiental local de modo

remoto e sem qualquer tipo de prejuízo ao andamento dos processos.

Assim, vem se buscando a manutenção dos ganhos obtidos com a busca de melhorias nos procedimentos e correção/atualização do LAO, que hoje representa quase 100% dos processos que tramitam junto ao Departamento.



Figura 05: Número de documentos emitidos pelo DLA até junho de 2021.



Figura 04: Gráfico de documentos emitidos pelo licenciamento ambiental.  
\*Número de documentos emitidos pelo licenciamento ambiental até junho de 2021.

#### Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35807>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38793>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38778>





## FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL



A palavra chave das ações de Fiscalização Ambiental é a intersetorialidade. Trabalhando com diferentes órgãos e setores da Prefeitura, a Coordenadoria articula seu trabalho pautada nos princípios da administração pública, buscando desempenhar seu papel com legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Em 2020, a SVDS, por meio da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) passou a integrar o Comitê Municipal de Enfrentamento da Pandemia de Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) que tem como atribuição articular as ações do poder público municipal buscando enfrentar a pandemia com eficiência e transparência. Em parceria com a Defesa Civil, participa da Operação Verão e da Operação Estiagem.

O objetivo da Operação Verão é trabalhar preventivamente nas áreas de risco identificadas pelo IPT como suscetíveis à inundação, alagamento e deslizamento, visando minimizar as consequências causadas pelos temporais.



Nesta Operação, a CFA trabalha nas ações de identificação e planejamento das ações para proteção das populações que vivem nestas áreas, realizando e organizando vistorias integradas que subsidiam as eventuais ações de remoção realizadas pelo poder público. Outra importante ação da CFA são as vistorias nos córregos da cidade para embasar a realização das ações de desassoreamento.

Já a Operação Estiagem tem como objetivo monitorar pontos de descarte de resíduos e queimadas, visando preservar a qualidade do ar.

Dessa forma, participamos, em conjunto com a Defesa Civil, com a Guarda Municipal de Campinas e com o Corpo de Bombeiros de ações de monitoramento de áreas com risco de incêndio. A CFA é a responsável pela aplicação das penalidades em caso de incêndios criminosos em áreas verdes e espaços especialmente protegidos.

Na Operação Estiagem também são realizados trabalhos de educação ambiental, informando a população sobre os perigos da estiagem e da poluição do ar, por exemplo.

Em anos marcados pela pandemia de COVID-19, uma doença que afeta as vias respiratórias, as ações de preservação de qualidade do ar são especialmente importantes.

Desde 2018 a CFA monitora as queimadas por meio do Sistema GODC - Gestão de Ocorrências da Defesa Civil, que utiliza imagens de satélite do INPE na detecção deste tipo de infração.

Em 2020, no âmbito da Operação Estiagem, coordenou junto às Secretarias e Órgãos que compõem a operação, a elaboração de um instrumento legal de proibição do uso do fogo no município, culminando na publicação da Lei Municipal 16.024/2020.

A CFA ainda representa a SVDS no **Comitê da Cidade Resiliente de Campinas**, instituído pelo Decreto Municipal nº 18.045, de 24 de julho de 2013.

Campinas é reconhecida pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres como modelo de cidade resiliente, tendo recebido em Genebra, em 2019, o Prêmio Sasakawa.

Uma cidade resiliente é aquela que tem a capacidade de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de um desastre e, de maneira organizada, prevenir e evitar a perda de vidas e bens.



Figura 06: Número de vistorias e sanções administrativas até junho de 2021.

O plano “Construindo Cidades Resilientes” integra os órgãos da administração pública municipal, empresas de economia mista, autarquias, entidades privadas e comunidade, sob a coordenação da Defesa Civil. Os órgãos municipais trabalham de forma sincronizada, com diretrizes coordenadas para ações de redução de desastres.

A CFA representa a SVDS no Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses, que tem como atribuição o acompanhamento e estabelecimento de estratégias e ações voltadas para a prevenção e combate aos agravos relacionados aos arbovírus. Sua função é promover a intersetorialidade, propiciando ações integradas e coordenadas, bem como favorecer as tomadas de decisões e agilidade nos processos administrativos necessários, operando em forma de Sala de Situação para compartilhamento de informações e análise de dados.

Os trabalhos são pautados pelo Plano Municipal de Contingência Municipal para o Enfrentamento da Dengue e Chikungunya 2019-2020.



A CFA participa do Grupo de Controle e Contenção de Ocupações, Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais, instituído pelo Decreto 16.920/2010, que tem como um de seus objetivos promover a fiscalização das áreas públicas e privadas localizadas no território municipal para coibir ações e/ou ocupações que resultem na implantação de parcelamentos clandestinos ou causem danos ao meio ambiente.



Toda essa sinergia e eficiência são refletidas, indiretamente, na evolução da aplicação das multas, conforme constatado a seguir:



Figura 07: Gráfico de multas aplicadas pela fiscalização até junho de 2021.

O trabalho da coordenadoria foi marcado pela pandemia de COVID-19, sendo necessárias adaptações ao trabalho da fiscalização ambiental.

Destacamos as seguintes mudanças:

- Maior uso da informatização, com processos sendo gerados por meio eletrônico;
- Contato telefônico com os denunciante, visando entender melhor a demanda antes de sair a campo;
- Diminuição no número de vistorias em razão da diminuição da demanda;
- Vistorias realizadas de acordo com o protocolo e a etiqueta respiratória - uso de máscaras e álcool gel, evitando o contato com os inspecionados e;
- Trabalho nos eixos do planejamento estratégico, com a construção dos procedimentos da fiscalização ambiental.

**Maiores informações:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36109>

## PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL

O Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBEA) deu continuidade às políticas públicas até então implantadas, porém com redução em alguns atendimentos, a partir do mês de março, devido a pandemia da COVID-19. Um exemplo disso, foram as atividades do castramóvel que precisaram ser suspensas, de forma a se evitar a aglomeração de pessoas (tutores que levam os animais para serem castrados).

No entanto, no sentido de se atender gatos de colônias tutelados por protetores, foi criado um sistema de castração do tipo “drive thru”, onde os animais eram deixados na sede do DPBEA e retirados ao final da tarde (figura 20). No entanto, a partir do mês de novembro as atividades do castramóvel foram retomadas, sendo que as instalações foram adaptadas para atender ao distanciamento social, e a quantidade de animais atendidos foi diminuída, de forma a se evitar a aglomeração de pessoas. Outras atividades como o cadastramento, microchipagem, ressocialização de animais (figura 20) e SAMU animal (horário de plantão reduzido) continuaram a ser prestados. No primeiro semestre de 2021, devido ao recrudescimento da pandemia, as atividades do castramóvel nos bairros foram novamente interrompidas e se voltou ao atendimento de colônias de felinos domésticos no sistema “drive thru”, sendo realizados 2.006 procedimentos cirúrgicos.



Figura 08: Números de castrações atendimento de maus tratos e SAMU animal.

O SAMU animal, com o restabelecimento do plantão de regulação (plantão que avalia os casos que atendem aos critérios de atendimento do SAMU), retomou suas atividades de atendimento por 24 horas em todos os dias da semana, realizando no período 315 atendimentos, num total acumulado (2014- 2021) de 6.427 resgates de animais doentes e/ou feridos encontrados em vias e logradouros públicos. Os outros serviços prestados pelo DPBEA (microchipagem, cadastramento, atenção a cães e gatos de moradores de rua, atendimento a grandes animais doentes ou feridos, ressocialização de animais agressivos, atendimento clínico, diagnóstico e cirúrgico dos animais resgatados pelo SAMU municipal, dentre outros), continuaram a ser prestados. Ainda foram atendidos outros casos que demandaram atenção do Departamento, sendo que se acusou 17.050 atendimentos de Ordens de Serviço (acumulado 2014-2021) envolvendo casos como captura de grandes animais, animais agressivos, atendimentos de neonatologia, resgate de animais em situação de risco, cães mordedores, orientação de maus tratos, dentre outros.

O DPBEA também prestou assistência técnica neste período (2015-2021) sobre o tema Bem-Estar Animal, com a aplicação do “Estatuto dos Animais” e sobre a implantação de Departamentos destinados às políticas públicas envolvendo animais domésticos e silvestres, a partir do modelo criado em Campinas, para mais de 66 municípios de diferentes Estados da Federação.

O Departamento também participa de programas semanais na Rádio Central (AM), oferecendo aos ouvintes informações sobre como cuidar corretamente dos animais.



### Maiores informações:

<https://www.otaboanense.com.br/patre-participa-do-lo-encontro-de-ativistas-da-causa-animal-no-abril-laranja-em-taboa/>

<http://www.bonito.ms.gov.br/secretaria-de-saude/simposio-em-bonito-debatera-bem-estar-animal-e-politicas-publicas>

<https://www.camara-americana.sp.gov.br/Noticia/Visualizar/16369>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38342>

<https://globoplay.globo.com/v/9084189/>

A evolução na área de proteção e bem-estar animal em Campinas está demonstrada pelo seguinte indicador:



Figura 09: Gráfico de castrações de animais domésticos

Atendendo a um dos produtos do Planejamento Estratégico do Departamento, iniciaram-se estudos internos para viabilizar uma nova sede. A equipe da SVDS é a responsável pela elaboração do projeto da nova sede, atuando nas seguintes frentes:

- 1 - traçado das diretrizes de projeto, com as estruturas mínimas para se aperfeiçoar o trabalho realizado;
- 2 - realização de vistorias técnicas em diversos locais do estado para conhecer as melhores iniciativas na área;
- 3 - o projeto básico foi realizado. iniciou-se a prospecção de áreas públicas para alocar a nova sede, com grandes avanços na tratativa da cessão de uma área de domínio federal (do Ministério da Agricultura), nas proximidades da Rod. Anhanguera.

Ao longo da concepção do projeto básico, decidiu-se avançar: além de abrigar a nova sede do Departamento (com toda a estrutura administrativa e cuidado dos animais), decidiu-se também criar o Centro de Recuperação e Soltura de Animais Silvestres (CRAS).

A este projeto foi dado o nome de Centro de Integração Animal, conforme imagem a seguir:



Figura 10: logo do Centro de Integração Animal.

O projeto executivo final está em fase de elaboração. A implantação do projeto se dará com recursos do Fundo Ambiental PROAMB, após aprovação do mesmo junto ao Banco de Projetos para o financiamento de toda a obra (4,5 milhões de reais).



Figura 11: Projeto do Centro de Integração Animal.

#### Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35528>

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sancionada em 2017, a norma que criou o Plano Municipal de Educação Ambiental (Lei nº 15.440/2017) apresenta quatro programas em sua instituição, a saber: Programa Espaços Educadores; Programa Formação de Educadores; Programa Educomunicação; e Programa Monitoramento e Avaliação.

O Plano Municipal de Educação Ambiental tem se tornado referência para além das cidades da Região Metropolitana de Campinas. Exemplo disto, em 2018, diálogos com os representantes das cidades de Piracicaba e Vinhedo e em 2019, visitados por gestores de Hortolândia e Maringá, que buscaram inspiração nas linhas deste Plano para aprimorar a Gestão da Educação Ambiental em suas cidades.

Como poderá ser constatado no segmento em que trata dos Planos Ambientais, Campinas também se apresenta como vanguarda em políticas públicas para Educação Ambiental nos diálogos sobre indicadores de monitoramento e avaliação de ações educativo-ambientais assim como na vertente da Ambientalização Curricular e tecnologias de Educomunicação.

No primeiro semestre de 2021 o Plano Municipal de Educação Ambiental iniciou o processo de revisão integrada dos Planos Municipais de Recursos Hídricos e do Verde com abrangência sobre as questões climáticas.

#### Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=34438>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=33804>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=34381>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38210>

<http://dialogointerbacias.org/sejam-bem-vindos-a-17a-edicao-do-dialogo-interbacias/>



## GESTÃO DE ÁREAS VERDES

A Gestão das Áreas Verdes realizada pela SVDS consiste principalmente no gerenciamento do Banco de Áreas Verdes (BAV).

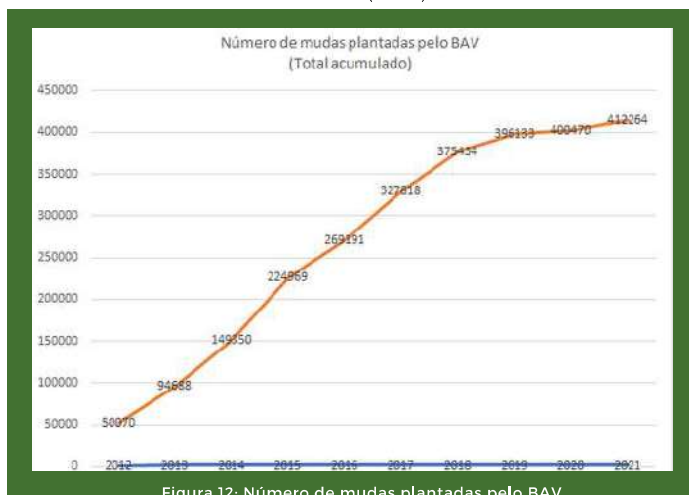


Figura 12: Número de mudas plantadas pelo BAV.



Figura 13: Gráficos de compromissos ambientais firmado com a SVDS.



O Banco de Áreas Verdes (BAV), permite conciliar a oferta de áreas aptas a receber projetos de recuperação ambiental, conforme disposto na Lei Complementar nº 213, de 22 de Maio de 2019, que tem por meta a regulamentação da recuperação de áreas verdes com estabelecimento das funções socioambientais, por meio de plantio de mudas arbóreas nativas, consoante as diretrizes dos Planos Municipais Ambientais, em especial com o Plano do Verde. O gráfico da figura 12 demonstra a evolução dos plantios efetivados pelo BAV, acumulados ao longo do tempo.

Na mesma direção, foi aprovada a Lei Complementar nº 263, de 18 de junho de 2019, que visa estabelecer

parametros e diretrizes em sede preventiva, da compensação ambiental no âmbito municipal, atualmente praticado no bojo do processo de licenciamento ambiental de obras, empreendimentos e atividades potencialmente causadores de impactos ao meio ambiente, bem como intervenção em área verde e com base nos princípios da prevenção e precaução, por meio dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA).

Com relação aos compromissos ambientais firmados com a Secretaria (o que inclui não apenas os TCA mas também os Termos de Ajustamento de Conduta - TAC), a evolução dos números pode ser observado no gráfico da figura 13.

# GESTÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS

Desde 2013 buscou-se avançar em várias frentes ambientais. Uma das mais importantes foi a elaboração de Planos Municipais Ambientais (a saber: de Saneamento Básico, de Recursos Hídricos, do Verde e de Educação Ambiental). O grande objetivo foi tratar a gestão ambiental com planejamento, de modo a enfrentar de maneira inteligente os desafios ambientais do município.

Como levantado, a carência por diagnósticos e prognósticos sobre a situação ambiental da cidade era altíssima e estes Planos trouxeram não somente a situação real dos principais bens ambientais (diagnóstico atualizado e prognóstico realista), como também identificou várias linhas de ação para a melhoria da qualidade ambiental da urbe.

A SVDS estabeleceu uma nova forma de trabalho para viabilizar a execução destes programas: a organização matricial dos funcionários, como forma de alocar o corpo técnico mais adequado para execução de Projetos Específicos (no caso, dos Programas dos Planos Ambientais), independentemente da área onde esses servidores estavam lotados.

Para viabilizar essa organização matricial, foram formados agrupamentos de Programas por similaridade: os chamados Núcleos. A etapa seguinte foi a adesão voluntária de servidores para formar uma equipe técnica mínima para cada

agrupamento com a definição de um Coordenador, cuja principal função era a de coordenar as atividades de implementação dos Programas.

A partir daí, foi oferecido um treinamento de 15 horas na área de gerenciamento de projetos, como forma de nivelar o conhecimento técnico nessa disciplina e difundir as metodologias e as técnicas de gerenciamento de projetos aplicadas. Com esse conhecimento nivelado, as equipes técnicas se debruçaram sobre o planejamento dos Programas e dos Planos, definindo o escopo, as etapas a serem seguidas, os prazos a serem cumpridos e eventualmente até riscos a serem mitigados.

Após este planejamento inicial, passou-se a gestão estratégica para a Diretoria do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, desta SVDS, dada a maior interface temática com os Planos Ambientais, ficando a cargo do Gabinete o acompanhamento do andamento dos programas feitos por meio de reports periódicos, bem como a prestação de contas às instâncias superiores e à população.

Além disso, existe uma particularidade muito interessante na gestão ambiental: algumas atividades acabam por se iniciar por conta das oportunidades que surgem durante a rotina de trabalho.

Assim, a execução de alguns dos Programas propostos nos Planos Municipais já haviam sido iniciadas antes mesmo da publicação dos mesmos. Outros, ainda, iniciaram-se durante a fase de planejamento, igualmente por oportunidades diversas que surgiram e que não poderiam ser ignoradas.

Segue a relação dos principais Programas de cada Plano em andamento na SVDS. Clique no link abaixo para conferir a descrição detalhada e atualizada dos planos e programas municipais:

<http://bit.do/PLANOS-E-PROGRAMAS>

## 1- Plano Municipal de Saneamento Básico

- 1.1 Programa de Saneamento Rural Sustentável
- 1.2 Programa de Fiscalização e Licenciamento Ambiental

## 2- Plano Municipal de Recursos Hídricos

- 2.1 Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA Água)
- 2.2 Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (PRENAC)
- 2.3 Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos

## 3- Plano Municipal do Verde

- 3.1 Plano de manejo da APA de Campinas
- 3.2 Implementação do Conselho Gestor da APA Campo Grande

- 3.3 Fundação Gestora das Unidades de Conservação Municipais
- 3.4 Regularização Fundiárias dos Parques Naturais Municipais
- 3.5 Integração com a Região Metropolitana da Campinas - RMC
- 3.6 Programa de Manejo de Espécies Exóticas Invasoras
- 3.7 Implantação de Corredores Ecológicos
- 3.8 Implantação de Parques Lineares
- 3.9 Aperfeiçoamento de processos sobre a gestão de Áreas Verdes
- 3.10 Programa de Aumento do Quadro de Servidores

## 4 - Plano Municipal de Educação Ambiental

- 4.1 Programa Espaços Educadores
- 4.2 Programa Formação de Educadores
- 4.3 Programa Educomunicação
- 4.4 SEMEIA (Semana do Meio Ambiente)
- 4.5 Programa Monitoramento e Avaliação - TEAR ( Tecendo a Educação Ambiental em rede)

## 5 - GeoAmbiental

- 6 - RECONNECTA RMC / INTERACT-Bio
- 6.1 INTERACT-Bio

## 7- Cities4Forests - Cidades Pelas Florestas

## 8 -Responsabilidade civil de danos ambientais

## 9 - Caso Mansões Santo Antônio



## EVENTOS

Em 2021 a SEMEIA manteve o formato online, em virtude da pandemia. A programação deste evento está disponível em <https://ambientecampinas.wixsite.com/semεια2021/semεια-2021>

Assim como nos outros anos, o evento contou com a parceria de diversas secretarias, autarquias e entidades a saber: SANASA, PUC-Campinas, UNICAMP, SENAC, Mata de Santa Genebra, EMBRAPA, Poiato Recicla, Artesano Urbanismo, Parque das Bandeiras Shopping, Diretorias Leste e Oeste de Ensino da Secretaria de Educação Estadual, Envolverde, Mulheres Públicas, Polícia Militar, CONGEAPA, Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, dentre outros.

Além das lives, foram ministrados vários webinários e fóruns, que ficaram gravados no canal do youtube do TEAR, também no canal do youtube da SVDS. Foram 59 atividades com aproximadamente 10.500 participantes.

**SEMEIA 2021**  
O MEIO AMBIENTE DE MÃOS  
DADAS PELA VIDA



### Maiores informações:

<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40715>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40750>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40765>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40778>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40791>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40809>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40816>

## REGISTRO SEMEIA 2021



LIVE DA ABERTURA DA SEMEIA 2021, DIA 05/06/21.



LIVE "APRESENTAÇÃO MUSICAL SOL NASCENTE", DIA 06/06/21.



LIVE "VISITA VIRTUAL À MATA SANTA GENEBRA", DIA 09/06/21.



LIVE "VISITA VIRTUAL AO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO BOSQUE DOS JEQUITIBÁS", DIA 07/06/21.



LIVE "VISITA VIRTUAL AO MUSEU DA ÁGUA NO CENTRO DE CONHECIMENTO DA ÁGUA", DIA 09/06/21.



LIVE MUSICAL "CAFÉ COM FARIA", DIA 12/06/21.



LIVE "CONHECENDO O CENTRO HISTÓRICO DE JOAQUIM EGÍDIO", DIA 10/06/21.



LIVE "CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE O DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR ANIMAL", DIA 10/06/21.



LIVE "CONHECENDO A EPAR BOA VISTA", DIA 10/06/21.



LIVE "APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ÁGUAS DO FUTURO", DIA 11/06/21.



LIVE "VIVENCIANDO A TRILHA ECOLÓGICA DO PARQUE LINEAR RIBEIRÃO DAS CABRAS", DIA 10/06/21.



LIVE "SÍTIO PARAÍSO, DIALOGANDO SOBRE O SISTEMA AGROECOLÓGICO E AGROFLORESTAL DE CULTIVO", DIA 10/06/21.



MUSEU ABERTO DE ASTRONOMIA (MAAS) - EM JOAQUIM EGÍDIO, NO DIA 13/06/21.



LIVE "VISITAÇÃO A HORTA DO SEU NICO", DIA 12/06/21.



"DIÁLOGO SOBRE A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL", DIA 08/06/21.



"MULHERES PÚBLICAS E O MEIO AMBIENTE", DIA 09/06/21.



"APRESENTAÇÃO DA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA CAMPINAS SUSTENTÁVEL", DIA 11/06/21.



"PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EM CAMPINAS - PSA ÁGUA", DIA 10/06/21.

## REGISTRO SEMEIA 2021



"LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM CAMPINAS". DIA 05/06/21.



"DIÁLOGO SOBRE A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DO VERDE". DIA 10/06/21.



"DIÁLOGO SOBRE A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS". DIA 09/06/21.



"GEOAMBIENTAL COMO REALIZAR CONSULTAS E DOWNLOADS DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS". DIA 09/06/21.



CAPACITAÇÃO EM MANEJO E RESGATE DE FAUNA SILVESTRE URBANA PARA A POLÍCIA AMBIENTAL DE CAMPINAS COM A EQUIPE DA CLÍNICA VETERINÁRIA DO BOSQUE DOS JEQUITIBÁS - 08/06/21.



"LIVE " INCÊNDIOS FLORESTAIS" COM 7º GRUPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - 11/06/21..



LIVE "INTEGRAÇÃO SVDS/TURISMO". DIA 13/06/21.



"PROGRAMA RECONECTA RMC". DIA 09/06/21.

## Maiores informações:

<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40715>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40750>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40765>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40778>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40791>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40809>  
<https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=40816>

## ORÇAMENTO



O Orçamento da SVDS para o ano de 2021 é de R\$ 21.393 mil inicial, distribuídos da seguinte forma: R\$ 14.100 mil destinados para a Folha de Pagamento, R\$ 2.685 mil destinados às despesas de Custeio da Secretaria, R\$ 4.608 do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), A Secretaria também é gestora do Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos (FUNDIF), que ainda não dispõe de recursos, por isso não opera financeiramente. A evolução do orçamento total da Secretaria é a que segue:

Orçamento Total (Recursos Próprios + PROAMB) (em R\$ mil)



Figura 14: Gráfico de orçamento total.



## ORÇAMENTO

### ODS



As despesas de Custeio destinam-se a atender aos contratos sob gestão de outras Secretarias, para serviços e aquisições de uso comum, sendo: patrulheiros, veículos, combustíveis, telefonia móvel e fixa, correios, publicações, reprografia, IMA-Conectividade, vigilância patrimonial do DPBEA, entre outros.

As maiores despesas de custeio da SVDS, excluindo-se a Folha de Pagamento com recursos próprios, foram: ração animal, medicamentos veterinários, vigilância patrimonial do DPBEA, locação de veículos, combustível, patrulheiros e tarifas de consumo de água e energia elétrica do DPBEA. Como fonte principal de investimentos, a Secretaria conta com o Fundo PROAMB - instituído pela Lei Municipal nº 9.811/1998 - que tem por finalidade desenvolver o uso racional dos recursos naturais, com base no princípio do desenvolvimento sustentável.

Neste primeiro semestre, o Plano de Aplicação do Fundo Ambiental foi elaborado e votado em reunião ordinária do Conselho Diretor em 05 de abril de 2021 e resultou na aprovação da prorrogação contratual da proposta P07 - Prorrogação Contratual - Serviço de Radiologia e Ultrassonografia de cães e gatos, ação do Departamento de Proteção e Bem Estar Animal.

Em decorrência das recentes aprovações ao financiamento de ações quando da Revisão do Plano de Aplicação do ano anterior, elaborado no 2º semestre de 2020, não foram apresentadas novas ações para aprovação ao financiamento no Plano de Aplicação deste ano.

A SVDS, por meio de um Conselho Diretor, também faz a gestão do Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos - FUNDIF, que foi instituído pela Lei municipal nº 14.753/2013 e tem por finalidade prevenir ou reparar danos causados ao meio ambiente e ao meio urbano, a bens e direitos de valor científico, histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico, bem como a outros bens ou interesses difusos e coletivos, exceto os relativos ao consumidor, de modo a fomentar o desenvolvimento urbano sustentável e proporcionar a efetivação de políticas públicas de interesse local.

#### **Maiores informações:**

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/proamb.php>



Um dos principais recursos previstos para constituir o Fundo provém de receitas advindas de multas pelo descumprimento de TACs (Termos de Ajustamento de Conduta). Em 2021, com a retomada das reuniões dos Conselhos com interface ambiental no formato de videoconferência, e, diante da necessidade de oferecer estrutura para continuidade das pautas que estavam em discussão, os Conselhos ativos foram priorizados, o que inviabilizou as reuniões do FUNDIF que ainda passa por período de estruturação.

#### **Maiores informações:**

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/fundif.php>

## RECURSOS HUMANOS



DA SVDS possui 94 servidores, compondo sua equipe multidisciplinar, entre os quais, temos a equipe técnica é composta por engenheiros ambientais, biólogos, engenheiros agrônomos, engenheiros civis, geógrafos, ecólogos, geólogos, oceanógrafo, engenheiro sanitaria, médicos veterinários, engenheiro químico e arquiteto.

A equipe administrativa conta com agentes de fiscalização e mais servidores, que exercem funções de gestão, com formação jurídica, contábil, econômica, pedagógica, gestão pública e de processos. E, para apoio diverso, operacionais; motoristas e patrulheiros.

A figura 15 demonstra o crescente número de servidores da secretaria, desde 2013.



Fig. 15: Número total de servidores da Secretaria, incluindo patrulheiros.

A Secretaria tem por norte alcançar igualdade de gênero, especialmente na distribuição dos cargos de Chefia, como se pode verificar no quadro que segue:

| ODS 5 - Igualdade de Gênero | Masc. | Fem | Total | %Fem   |
|-----------------------------|-------|-----|-------|--------|
| Cargos de Chefia            | 13    | 11  | 24    | 45,83% |

\* Fig. 16: Distribuição dos cargos na SVDS por gênero

A igualdade de gênero significa promover o bem de todos, considerando as diferenças entre olhares, experiências e objetivos, o que fortalece a não discriminação.

A Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS foi criada pela Lei Complementar nº 59/2014 e conta com 3 Departamentos (Licenciamento Ambiental, Verde e Desenvolvimento Sustentável e Proteção e Bem-Estar Animal), 4 Coordenadorias vinculadas ao Gabinete do Secretário e demais 8 Coordenadorias e 8 setores vinculados aos respectivos Departamentos.



Fig. 17 Estrutura Organizacional da SVDS.

Para conhecer a estrutura administrativa da SVDS consultar os links abaixo.

### Maiores informações:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/88526>

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

<http://tiny.cc/organogramasvds>

A seguir, apresentamos as pessoas que nos ajudaram a construir as atividades realizadas ao longo do primeiro semestre de 2021.

Todas as pessoas que nos ajudaram a construir as atividades realizadas ao longo do primeiro semestre de 2021.

### **Gabinete do Secretário - GS**

Rogério Menezes - Secretário  
Oceanógrafo, MSc.

### **Assessoria de Gabinete - AG**

Nilce Rosinalva da Silva  
Bacharel em Direito

Carolina Mamoni Bueno Dias Rosa  
Administrativa

Aline Ap. B. Pécora  
Analista de Processo

Ricardo Moreira Casetta  
Economista

Carlos Depieri  
Administrador de Empresa

Janete Navarro  
Gestão Pública - Sanitarista

Messias Gonçalves Jr  
Gestão Comercial

Bianca Menezes  
Aprendiz

### **Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM**

Carlos Alberto Gregio de Oliveira - Coordenador  
Bacharel C. Contábeis

Apoio Administrativo  
Mariela Adair Jaconi  
Agente Administrativo

### **Coordenadoria Financeira -CF**

Lúcia Redondo Soares - Coordenadora

Apoio Administrativo  
Debora Lucila Pinto  
Advogada

### **Coordenadoria Administrativa e de Expediente - CAE**

Diego Poggetti - Coordenador  
Técnico em Logística

Rosana Reiko Ito - Chefe de Setor RH  
Gestão Pública

Erick Margueiro  
Aprendiz

### **Departamento de Licenciamento Ambiental - DLA**

Andréa Cristina de O. Struchel - Diretora  
Advogada, MSc.

Leandro A. S. Arruda Melo  
Engenheiro Civil

### **Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais - CT-ALPS**

Rebeca Veiga Barbosa - Coordenadora  
Bióloga, MSc.

Gabriel Dias Mangolini Neves  
Engenheiro Ambiental

Geraldo Magela Martins Caldeira  
Engenheiro Civil

### **Coordenadoria de Suporte Geológico- CSG**

Rafaela Bonfante Lançone - Coordenadora  
Geóloga

### **Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA**

Patricia Neves - Coordenadora  
Engenheira Ambiental

### **Anexo I - Empreendimentos Imobiliários**

Lindenberg Casimiro Damasceno - Líder  
Engenheiro Ambiental

Ariane Furlanes da Silva  
Engenheira Ambiental

### **Anexo II - Infraestrutura**

Heloise Mara Geraldino Maia - Líder  
Engenheira Ambiental

Glauco David Froio Cabral  
Engenheiro Civil

### **Anexo III - Áreas Verdes**

Maria Carolina Brunini Siviero - Líder  
Bióloga, MSc.

Luiz Fernando Soares Fonseca  
Engenheiro Agrônomo

### **Anexo IV - Atividades Poluidoras**

Carla de Souza Camarinho - Líder  
Engenheira Ambiental

Carlos Augusto Justo Barreiro  
Engenheiro Civil

Mário Jorge Bonfante Lançone  
Engenheiro Ambiental

### **Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável - DVDS**

Ângela Cruz Guirao - Diretora  
Bióloga, Dra.

Gustavo Fabrício D'Estefano  
Engenheiro Civil

Apoio Administrativo  
Veronilda Ribeiro da Silva  
Magistério

Ketlyn Bezerra  
Aprendiz

### **Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CSPEA**

Amandi Buzon Rodelli - Coordenador  
Biólogo e Especialista em Educação Ambiental

Luiz Gustavo Merlo  
Diretor - História, Pedagogia e Gestão

Maria Eugênia Mobrize  
Assistente Social e Administrativo

Giuliano Martorano Gallardo  
Chefe de Setor  
Administrativo-Educação Infantil e Ambiental

### **Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - CTelA**

Leandro Prado - Coordenador

Daniel Prenda de O. Aguiar  
Engenheiro Civil, MSc.

Fernando G. de Martino  
Engenheiro Ambiental

### Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA

Geraldo Ribeiro de Andrade Neto - Coordenador  
Engenheiro Ambiental

Celso Ribeiro de Freitas Jr.  
Engenheiro Sanitarista  
Cláudio Pacheco de Oliveira  
Geógrafo, Dr.

Juliano Braga -Chefe de Setor  
Ecólogo

Carlos Eduardo de Souza Martins  
Engenheiro Agrônomo

Sylvia Regina Domingues Teixeira  
Engenheira Química, MSc.

### Coordenadoria Setorial do Verde - CV

Ana Luiza Ahern Beraldo - Coordenadora  
Bióloga. Dra.

Ana Paula Pellegrino  
Engenheira Agrônoma, Dra.

Alethea Borsari Peraro  
Ecóloga

Paulo Ricardo E. de C. Neto  
Engenheiro Ambiental

Sueli A. Thomaziello  
Geógrafa, Dra.

Luiz Fernando Vogel  
Engenheiro Agrônomo

Hélio Herminio  
Ecólogo

Apoio Administrativo  
Eliana Benedicto  
Administrativo

### Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA

Heloísa Fava Fagundes - Coordenadora  
Tecnóloga em Controle Ambiental, Bióloga

José Carlos Borges - Chefe de Setor  
Geólogo

Vitor Moraes Ribeiro  
Geógrafo

Carolina Maria Neves Quadros  
Administradora, Bóloga

Guilherme Demori Estevam  
Engenheiro Ambiental

Rodrigo dos Santos Santana  
Agente de Fiscalização

Denize Rodrigues de Souza  
Agente de Fiscalização

Monica Teixeira Chaves Pereira  
Agente de Fiscalização

Gustavo Cipriano G. Vieira  
Agente de Fiscalização

Sandra Renata  
Agente de Fiscalização

### Motoristas

Antonio Marcos de Souza  
Pedro Luiz Russo  
Luis Armando Soares  
Antonio Ranulfo da Silva  
Gustavo Henrique Fernandes  
Natanael Osmar Fernandes  
João de Paiva Jr.

### Departamento de Proteção e Bem-estar Animal - DPBEA

Vagner dos Santos Bellini - Diretor  
Gestor Público

Paulo Anselmo Nunes Felipe  
Médico Veterinário, Dr.

Roberto Rossant  
Gestor Público

### Coordenadoria Setorial de Gestão de Animais -CGA

Rodrigo Antonio Araujo Pires - Coordenador  
Tecnólogo em Gestão Ambiental

Adriana Filomena Molina Cardelli - Chefe de Setor  
Administrativo

Pâmela de Lima Bernardes - Chefe de Setor  
Administrativo

Josiane de Fatima Cruz Silva  
Auxiliar Administrativa

Telma Lima Leal  
Administrativo - operacional

Ana Karina Marangoni Cosiuc Paula  
Administrativo - operacional

Brenda Costa  
Aprendiz

Matheus Araújo de Alkmim  
Médico Veterinário

Eliana Ferraz Santos  
Bióloga, Dra. (gatil)

Thiago Bolognesi de Andrade  
Operacional

André Luiz Souza Jorge  
Operacional

Plínio Cardoso Ramos  
Operacional

Leandro Antonio  
Operacional

### SAMU Animal

João Gonçalves  
Médico Veterinário

Josué Janque  
Médico Veterinário

Hadassa Rodrigues da Silva  
Socorrista

### Vigilantes

Ívadyr Pinheiro  
Antonio Sobrinho  
Evilásio Vieira dos Santos  
Yano Ferreira